



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
CURSO DE LETRAS - ESPANHOL

**O ENSINO DE ESPANHOL E AS ATUAIS POLÍTICAS LÍNGUISTICAS:
RETROCESSOS E DEMANDAS EDUCACIONAIS**

ELIENE DOS SANTOS BARBOSA
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andrea Silva Ponte

Mamanguape/PB

2018

ELIENE DOS SANTOS BARBOSA

**O ENSINO DE ESPANHOL E AS ATUAIS POLÍTICAS LÍNGUISTICAS:
RETROCESSOS E DEMANDAS EDUCACIONAIS**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em
Letras pela Universidade Federal da Paraíba (Licenciatura a Distância) como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Letras - Espanhol.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andrea Silva Ponte

Mamanguape/PB

2018

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade Federal da Paraíba.

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA)

B238e Barbosa, Eliene Dos Santos.

O Ensino de Espanhol e as atuais políticas linguísticas:
Retrocessos e demandas educacionais / Eliene Dos Santos Barbosa.
- Mamanguape, 2018.
33 f. : il.

Orientação: Andrea Silva Ponte. Monografia
(Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Lei 13.415. 2. Políticas linguísticas. 3. Ensino de espanhol. I. Ponte, Andrea Silva. II. Título.

ELIENE DOS SANTOS BARBOSA

**O ENSINO DE ESPANHOL E AS ATUAIS POLÍTICAS LÍNGUISTICAS:
RETROCESSOS E DEMANDAS EDUCACIONAIS**

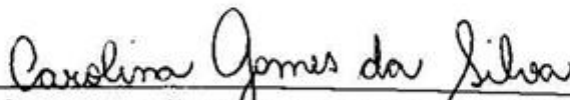
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras Licenciatura em Língua Espanhola da UFPB, como requisito parcial à obtenção do grau de graduada, sob a avaliação da seguinte banca examinadora.

NOTA: 8,5 RESULTADO: APROVADA

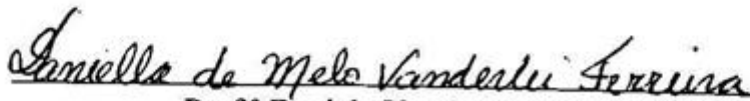
João Pessoa, 14 de junho de 2018.



Prof.ª Dr.ª Andrea Silva Ponte(UFPB)
(Orientadora)



Prof.ª Dr.ª Carolina Gomes Da Silva(UFPB)
(Examinadora)



Prof.ª Daniela Vanderlei Ferreira(UEPB)
(Examinadora)

Mamanguape, 14 de Junho de 2018

AGRADECIMENTOS

Á Deus, autor de todas as coisas, que sempre me conduziu com sabedoria e forças em cada passo da vida.

Á minha família, por todo apoio direto e indireto em mais esta conquista. Por todo amor e motivação.

Á todo/as o/as professore/as e profissionais desta instituição, que de alguma forma colaboraram na concretização deste trabalho. Pelos saberes transmitidos, incentivo e amizade. Meu agradecimento de modo especial à professora Andrea S. Ponte por sua orientação.

Aos meus colegas de turma que nesta caminhada de graduação tive o prazer de conviver e compartilharmos juntos tantos momentos. Obrigado pelo companheirismo, partilha e trocas de conhecimento, que tornaram ainda mais significativa esta formação e foram impulsos no caminho.

Aos amigos, que ainda mais neste processo, estiveram presente, acolhendo minhas alegrias e angústias. Que trouxeram sugestões e palavras de estímulo.

Á direção da Escola Dom Adauto por toda acolhida, espaço, me permitido cada experiência que favoreceu a construção deste escrito.

RESUMO

A Lei Nº 13.415, sancionada em 16 de fevereiro de 2017, que propõe reformas ao ensino médio, altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005, conhecida como a lei do espanhol, estabelecendo a língua inglesa como obrigatória desde o ensino fundamental, mais uma segunda língua como optativa no nível médio, deixando como sugestão a língua espanhola. Esta alteração supôs impactos na realidade educacional que foram vivenciados durante a experiência de estágio. Mediante isso surgiu a necessidade desta investigação, que se propôs verificar como as atuais políticas linguísticas representam um retrocesso para o ensino da língua espanhola, buscando por meio de um questionário dar voz aos educandos e fundamentar este trabalho percebendo como o Brasil apresenta relações com a língua espanhola, no entanto suas políticas linguísticas dão passos contrários. A escola é o campo de efetivação para uma política linguística. Seus educandos refletem criticamente a consciência desta relação cultural e como se faz importante a inserção da disciplina de língua espanhola para a construção de sua formação. Assim somos levados a refletir que essas intervenções políticas deveriam ser construídas em diálogo com seus destinatários e suas realidades para que possam promover uma melhor efetivação e refletir as reais necessidades linguísticas da comunidade.

Palavras Chave: Lei 13.415, políticas linguísticas, ensino de espanhol.

RESUMEM

La Ley N° 13.415, sancionada el 16 de febrero de 2017, que propone reformas a la enseñanza media, altera las Leyes n° 9.394, de 20 de diciembre de 1996, que establece las directrices y bases de la educación nacional y deroga la Ley n° 11.161, de 5 de agosto de 2005, conocida como la ley del español, estableciendo la lengua inglesa como obligatoria desde la enseñanza fundamental, más una segunda lengua como optativa en el nivel medio, dejando como sugerencia la lengua española. Esta alteración supuso impactos en la realidad educativa que fueron vivenciados durante la experiencia de práctica. Por eso surgió la necesidad de esta investigación, que se propuso comprobar cómo las actuales políticas lingüísticas representan un retroceso para la enseñanza de la lengua española, buscando por medio de un cuestionario da voz a los educandos y fundamentar este trabajo percibiendo cómo el Brasil presenta relaciones con la lengua, sin embargo sus políticas lingüísticas dan pasos contrarios. La escuela es el campo de efectividad para una política lingüística. Sus educandos reflejan críticamente la conciencia de esta relación cultural y cómo se hace importante la inserción de la disciplina de lengua española para la construcción de su formación. Así nos lleva a reflexionar que esas intervenciones políticas deberían ser construidas en diálogo con sus destinatarios y sus realidades para que puedan promover una mejor efectividad y reflejar las reales necesidades lingüísticas de la comunidad.

Palabras clave: Ley 13.415, políticas lingüísticas, enseñanza de español.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 O PERCURSO TEORICO.....	10
3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS BRASILEIRAS EM RELAÇÃO AO ENSINO DE ESPANHOL	12
3.1. Do macro ao micro: Políticas linguísticas e o ensino de espanhol na cidade de Juarez Távora.....	17
4 METODOLOGIA.....	18
5 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS À LUZ DAS ATUAIS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS BRASILEIRAS	20
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29
ANEXOS.....	32

1. INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares de maior importância para a formação de uma sociedade. As disciplinas presentes no currículo do ensino regular promovem a constituição cidadã de cada indivíduo. Entre essas disciplinas temos as línguas estrangeiras que ampliam as possibilidades dos educandos de conhecer mais sobre si e sobre o outro e de agir no mundo cooperando para sua transformação.

A Base Nacional Comum Curricular coloca a linguagem como forma de engajamento no mundo: um mundo cada vez mais globalizado e plural que favorece a troca cultural, a ampliação de horizontes na vida desde cedo dos alunos. Neste contexto, a presença de línguas estrangeiras, em interação com a língua materna favorecerá inclusive uma aprendizagem mais profunda de si mesmo, sua cultura, e sua própria língua.

Aprender uma língua estrangeira junto com a língua materna é direito de todo cidadão, como se prevê na Lei e Diretrizes de Base da Educação. Porém durante muito tempo elas se viram deslocadas do espaço escolar, envolvidas em práticas e leis que supunham uma desoficialização (RODRIGUES, 2010) deste ensino/aprendizagem. Pois, como veremos ao longo deste trabalho, algumas leis que objetivavam propor a inserção de alguma língua estrangeira, acabaram não trazendo diretrizes que favorecessem sua efetivação promovendo então uma busca por cursinhos, assim como crenças errôneas que foram difundidas nas entrelinhas de metodologias dos professores, atribuindo ao ambiente escolar uma desvalorização no que diz respeito ao ensino de línguas.

Hoje apesar das mudanças no ensino favorecerem uma só língua (o inglês), além da materna, não se pode negar que sua presença significa uma oportunidade do conhecimento para os educandos e uma fissura para que se perceba o valor da comunicação com outras línguas que exercem profundas influências na construção da comunidade brasileira. Todavia estas vantagens se apequenam ao refletirmos o que é a educação e sua importância na construção social, frente à realidade brasileira de trocas e influências culturais com outras línguas, como o espanhol.

Para isso caminhos devem ser traçados e isto ocorre por meio das políticas linguísticas. No nosso país, estas políticas, do ponto de vista legislativo, pareciam favorecer o plurilinguismo, todavia na prática a língua inglesa acabou sendo quase sempre a única presente nos currículos escolares desde o ensino fundamental.

Por outro lado, o espanhol tem crescido cada vez mais sua influência no mundo, influências estas que chegam até o Brasil com suas trocas culturais e políticas com países hispano falantes. Cresce a procura por cursos nesta língua. As leituras, canções, ela está presente no cotidiano impulsionando sua importância no processo de ensino aprendizagem.

A língua espanhola enfrenta uma luta para inserção em nossos currículos, no entanto, as políticas linguísticas brasileiras, a cada alteração se encaminham para longe das necessidades educacionais e favorecem uma cultura de ensino de uma só língua estrangeira.

O objetivo deste trabalho é analisar a realidade escolar do município de Juarez Távora, e verificar em que medida as atuais políticas linguísticas para línguas estrangeiras no Brasil atendem (ou não) as necessidades da comunidade escolar.

Trata-se de verificar como as atuais políticas linguísticas brasileiras promovem um retrocesso no ensino da língua espanhola. Ao observar o percurso histórico das políticas linguísticas relativas à línguas estrangeiras no ensino regular brasileiro, é possível identificar de que maneira essas políticas não atendem as necessidades do campo escolar.

Para compor a análise que nos propomos, tomamos como base estudos realizados por pesquisadores e teóricos que vem refletindo sobre a problemática do ensino de línguas estrangeiras, mais especificamente suas políticas linguísticas e o ensino de espanhol como Elias Ribeiro da Silva (2014) que analisa como as crenças e nossa política linguística reforçam uma cultura monolíngue em nosso país. Fernanda Castelano dos Santos (2010) traça um caminho dessas políticas e o lugar do espanhol na escola brasileira. Xoán LARGARES (2013) discute como muitas vezes as políticas linguísticas são motivadas por fatores econômicos e políticos e não verdadeiramente educacionais trazendo implicações para sua efetivação. Fernanda Castelano Rodrigues reflete o sobre a promulgação de uma lei para o espanhol e suas contradições em vista o

próprio ensino da língua espanhola e os direitos linguísticos da população. Louis Jean Calvet (2007) traz a definição de política linguística e como ela se constitui por intervenções do Estado e da sociedade.

Do ponto de vista metodológico, optamos pelo método qualitativo, por meio do qual analisaremos as referências bibliográficas e as entrevistas com alunos do ensino médio, da Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Dom Adauto, e buscaremos demonstrar como as atualizações das políticas linguísticas de nosso país significam um retrocesso na inserção da língua espanhola, e revelando os prejuízos no processo de aprendizagem dos educandos ao deparar-se com esta apenas no ensino médio. É quase que unânime nesta pesquisa a opção deles pelo espanhol. A escola foi escolhida por acolher a demanda maior de estudantes da cidade e a única a contar com todas as fases da educação básica. Ir de encontro a estes que sentem na pele os impactos destas políticas, ouvi-los, acredita-se que se poderá encontrar as realidades almejadas, que são perdas sentidas com a retirada da disciplina dos currículos do ensino regular, e o presente diálogo com estas culturas fortalecendo a resistência desta língua e caminhos que favoreçam uma melhor elaboração de nossas políticas.

Com a finalidade de organizarmos a discussão dos temas escolhidos nesta pesquisa o trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro deles intitulado “O percurso teórico”, traz as vozes e os conceitos e pesquisas daqueles que colaboraram no enriquecimento desta discussão. O segundo “Breve contextualização das políticas linguísticas brasileiras em relação ao ensino de espanhol”, que traz de forma sucinta as presenças e ausências do espanhol no currículo do ensino regular ao longo do século XX, percorrendo seu caminho nos documentos oficiais. O terceiro, “A metodologia” e o último capítulo, “Análise dos questionários à luz das atuais políticas linguísticas brasileiras”, que objetiva analisar através das respostas dos alunos, que compõem nosso corpus, em que medida suas falas evidenciam a importância (ou não) do contato com a língua espanhola.

2. O PERCURSO TEÓRICO

As políticas linguísticas, segundo Calvet (2007), são intervenções na língua ou na relação entre as línguas que, podem partir diretamente do Estado ou dos indivíduos. Em outras palavras, são as escolhas conscientes, pensadas, elegidas, que evidenciam a relação entre as línguas e a vida social, e podem funcionar muitas vezes como políticas

públicas, assim como muitas vezes aparecem diluídas dentro de outras políticas como as culturais, educacionais, ou aparecem como decisões tomadas por científicos e que não oferta outras possibilidades.

Neste sentido das intervenções sobre as situações linguísticas nos deparamos ainda com duas classificações de Calvet (2002): políticas linguísticas *in vivo* e políticas linguísticas *in vitro*. *In vivo* seriam as intervenções que surgem das escolhas dos indivíduos, sem uma influência direta do Estado. Já a *in vitro* são as que se realizam por leis e decretos. Todavia é possível verificar como em algumas medidas mesmo em *in vitro* surgirão influências *in vivo* para uma melhor adaptação às necessidades dos indivíduos. As línguas caracterizam um povo e ao mesmo tempo este povo exerce influências sobre sua língua, desta forma fica claro como diferentes tipos de intervenção podem se relacionar.

Outras duas classificações importantes neste estudo da política linguística, são as distinções propostas por Kloss (1967) sobre a planificação do corpus e planificação do status, conceitos apresentados anteriormente em estudos por Einar Haugen. A planificação do corpus estaria relacionada à forma da língua e a planificação de status corresponderia as suas funções, status social e relação com outras línguas, o que resultaria em colaborações para que uma determinada língua ganhe espaço em uma determinada sociedade.

Desta forma Daher (2006) menciona que desde 1919 podemos encontrar menções de legislação sobre o ensino de línguas, todavia ao longo de toda construção histórica social e cultural é possível perceber como maioria dessas políticas surgiram de projetos afetados por outros fatores, como políticos e econômicos e não verdadeiramente educacionais. Da mesma forma, Xoán LARGARES (2013) ao tratar da lei 11.161, que buscava implementar a oferta obrigatória do espanhol, nas escolas de ensino médio, porém de forma opcional para os alunos, retratou como a mesma não complementou as medidas necessárias para sua real efetivação. O investimento de empresas espanholas aqui no Brasil, uma vantajosa negociação econômica do governo Lula com o governo espanhol e outras forças de cunho político e econômico teriam motivado sua aprovação, gerando distorções em suas interpretações e lacunas para sua real implementação. Deste modo o autor destaca a importância dos agentes educacionais na construção dessas diretrizes, haja vista o poder das instituições escolares por estar em

contato com a realidade e intervir nela, e afirma como os professores podem ser meros instrumentos dessas decisões ou agentes participantes de sua elaboração e implementação.

Seguindo nesta mesma discussão Chardenet (2001) aponta que historicamente as políticas brasileiras seguiram um caminho de orientações em favor do plurilinguismo, contudo essas políticas sempre foram geradas por relações de forças e interesses, como já mencionado, o que favoreceu um monolinguismo, que segue com as atuais medidas pela Lei nº 13.415 de 16/02/2017 que determina a presença exclusiva, e hegemônica do inglês. Antes mesmo desta medida já nos afirmava Elias Ribeiro da Silva (2014) que embora a política linguística brasileira favorecesse a aprendizagem de diferentes línguas estrangeiras observava-se a presença hegemônica da língua inglesa nas escolas.

Mackey (1976) aponta a importância de uma língua relacionada à sua função comunicativa com os agentes de uma sociedade. Então, mais uma vez, retomamos Xoán LARGARES (2013) que aponta a possível relação da língua espanhola com o povo brasileiro através da integração da América Latina, pois o Brasil é o único país do sul do continente que não tem a língua espanhola como oficial, assim como a importância desta língua na comunicação global, as relações do MERCOSUL, marcam a presença desta língua na vida dos brasileiros.

María Teresa Celada y Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues afirmam que:

“Lo cierto es que el español pasó a formar parte del horizonte de las lenguas extranjeras como una lengua vehicular: como una lengua de los negocios, del trabajo y, también, como un pasaporte internacional (hacia la Unión Europea y hacia Estados Unidos). De esta forma, el acontecimiento del Mercosur (junto a una serie de factores) estimuló el abandono de la vieja rutina del brasileño.” (CELADA y RODRIGUES, 2005, p 03)

Passou a ser clara a relação brasileira com a língua espanhola e se faz necessário um caminho que estimule a aprendizagem e desconstrua estereótipos, trabalhando toda riqueza, construções e diálogos que esta língua nos possibilita.

3. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS BRASILEIRAS EM RELAÇÃO AO ENSINO DE ESPANHOL.

A linguagem sempre esteve presente na vida do ser humano. Tornou-se elemento que favoreceu no desenvolvimento de suas capacidades naturais e favoreceu a constituição dos indivíduos e suas culturas. O homem faz uso dela em diversas situações e de diversas maneiras. Realizar tarefas cotidianas, se emocionar, planejar ações, pensar sobre acontecimentos, identifica-se com um personagem, expressar gostos, são alguns dos atos humanos que são atravessados pela linguagem. Ela não é só instrumento de comunicação, mas um lugar de negociação de sentidos, ideologias, conflitos, poder, identidades que vão para além de sua matéria de formar palavras. A partir dela os homens possuem a capacidade de interagir entre si e no mundo.

Contextos políticos, econômicos e culturais, por sua vez, fazem com que algumas línguas ganhem destaque no cenário internacional e que conquistem espaço na vida das pessoas por meio de interesses diversos impulsionando necessidades de uma acolhida e aprendizagem linguística por determinadas comunidades. Deste modo chegamos ao espanhol e a sua presença no nosso país.

As políticas linguísticas são as responsáveis por conduzir as línguas e seus usos na sociedade, porque como diz Calvet deve-se entender a política linguística como “[...] a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (2007: 11).

Os brasileiros na construção histórica, social e cultural de sua identidade, receberam influências de traços da identidade latina americana. Como afirma Xoán Lagares (2013) trazemos traços desta cultura desde o processo de colonização, sem contar que estamos rodeados de países que tem o espanhol como língua oficial. São diversas áreas fronteiriças que sofrem influências ainda mais diretas da cultura e da língua. Temos um crescente número na oferta e procura por cursinhos na língua espanhola, impulsionado, entre outros fatores, pelas relações econômicas e políticas que o país tem com outros países de cultura hispânica, como as do MERCOSUL.

No fim da década de 80 alguns países da América do Sul, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e a Venezuela, que aderiu em meados de 2012 ao grupo, se unem em uma proposta de integração regional e, assinam em 1991 o chamado Tratado de Assunção, que constituiu o conhecido MERCOSUL, que traz acordos para a conformação de um mercado comum. Em dados encontrados no site do MERCOSUL do governo brasileiro afirma-se que juntos estes países abrangem 72% do território da

América do Sul e seria a quinta maior economia do mundo. Tudo isso veio a colaborar para um crescimento e fortalecimento da língua espanhola no Brasil. Segundo María Antonieta Andiön Herrero (2008), esta língua é dotada de uma impactante geografia, pois se estende por quase todo um continente e se faz presente em outros três, sendo a segunda com mais nativos falantes no mundo e seria a quarta mais falada depois do Chinês, inglês e o hindi. É ainda um idioma que a partir dessas relações políticas e comerciais passou a ser usado para comunicação internacional em várias empresas e situações corporativas e de turismo.

Por esses e outros motivos a língua espanhola se fez presente em projetos, leis, encaminhamentos que a colocaram em nosso currículo. Propostas que agregavam valor a sua importância, que afirmavam suas raízes nas necessidades linguísticas brasileiras e apontavam a necessidade de sua inserção na educação básica, que carrega a responsabilidade de formar seus cidadãos.

O arquivo legislativo brasileiro faz referência a 26 projetos de lei que buscariam a inclusão do espanhol como língua estrangeira a ser ensinada em algum de seus níveis nas escolas, entre 1958 a 2007 e a atual medida provisória de 2016 direcionada ao ensino médio e não diretamente ao ensino de espanhol, colocando-o em uma posição secundária. De acordo com suas ementas alguns desses projetos versam sobre a pluralidade no ensino de línguas estrangeiras no país, onde além do espanhol incorporavam outras línguas como opções a serem ofertadas, que podemos especificar como os projetos 447/1983, 2195/1989 e o 3811/1989. O PL 4621/2001 não especificava quais línguas deveriam ser oferecidas, no entanto se pauta em justificativas alusivas na importância do espanhol e o inglês para o mercado de trabalho. Todos os outros demais tratavam exclusivamente sobre a oferta do ensino de espanhol, à exceção do último citado que foca no ensino da língua inglesa, contudo traz o espanhol como segunda opção.

Daher (2006) nos revela que a presença do espanhol em nosso sistema educacional é mais antiga que isso. A língua espanhola não fazia parte das disciplinas obrigatórias que o período previa, porém estava presente na rede oficial de ensino em 1919, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, quando o professor Antenor Nascentes foi aprovado em concurso para ocupar a cátedra de língua espanhola daquela instituição.

Seguindo estes passos do ensino de espanhol no Brasil a primeira legislação então que incluiria a língua como disciplina obrigatória nos currículos, do então Ensino Secundário, seria a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, que tornava obrigatório o ensino de espanhol, mesmo com uma carga horaria pequena, no primeiro ano dos cursos Clássico e Científico. Esta compõe um conjunto de medidas que pretendiam reestruturar a educação nacional, conhecido como Reforma de Capanema, realizada durante a Era Vargas. Porém esta lei foi alterada em 1961 com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cujo texto não fazia referência alguma ao ensino de línguas estrangeiras. Referência que volta então a aparecer, dez anos mais tarde, no texto da LDB de 1971 com uma emenda do Conselho Nacional de Educação de 1976, que tornava obrigatório o ensino de uma língua estrangeira no 2º grau, hoje ensino médio e se recomendava sua inclusão no 1º grau, hoje ensino fundamental. Todavia é válido ressaltar que não se deixa determinada qual ou quais línguas deveriam ser ensinadas. Em 1996 então tivemos outra alteração na LDB determinando a obrigatoriedade de uma língua estrangeira moderna no ensino médio, mas a possibilidade de uma segunda como optativa ficando a cargo da comunidade e das possibilidades das escolas. Também não especifica qualquer língua embora já se apresente uma forte hegemonia do inglês embasada por crenças, como cita o Elias Ribeiro da Silva, como por exemplo, a facilidade no ingresso do mercado de trabalho, que afetam o processo de ensino/aprendizagem de línguas, numa função meramente instrumental para o mercado.

Em 2005 foi aprovada a Lei Nº 11.161 apresentada no projeto de lei 3987/2000 do deputado Átila Lira (PSDB/Piauí) que tornava obrigatório a oferta da língua espanhola nos currículos plenos do ensino médio, com matrícula facultativa para o aluno. Lei que na proposta aqui discutida pode significar avanços ao abrir possibilidades para a valorização desta língua e, sobretudo promover a diversificação da oferta de línguas no ensino médio.

Xoán Lagares (2013) aponta que seu real motivo de instituição teriam sido questões políticas e econômicas e não reais interesses educacionais. Negociações entre o governo brasileiro e o da Espanha, o crescimento de investimentos de capital espanhol por meio de empresas aqui no país teriam impulsionado a ampliação do interesse da disciplina espanhol para as escolas. As políticas linguísticas sempre surgem de outras políticas maiores e com interesses que geralmente nada tem a ver com as línguas.

Tratou-se de uma lei que teve um prazo de cinco anos para ser instituída, porém não houve aportes para isso. Para uma lei ser implementada é necessário à oferta de uma estrutura que a favoreça, e isto não ocorreu. Nenhuma medida adicional como a facilitação de contratos de profissionais na área, uma redação mais objetiva que evitasse as dúvidas e diversidades no modo de sua implementação fazendo com que muitas escolas não a tivessem em seus currículos ou a ofertasse de uma forma que não colaborava para a participação do alunado, foi construída permitindo que a lei deixasse brechas para sua instituição, assim como favorecesse uma lacuna no processo de ensino aprendizagem em direcionar-se apenas para o ensino médio e não trazer referência ao fundamental.

Por outro lado ela acaba refletindo na inclusão do espanhol nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio em 2006, em sua inclusão no PNLD (programa nacional do livro didático) em 2011, no aumento da formação em espanhol, favorece o crescimento de profissionais na área, a produção de materiais didáticos como suporte, mas sem ser efetivada de fato, o que vai seguir como questão até poucos dias atrás.

E então chegamos a um dos últimos passos deste caminho que se deu com a instituição da Lei nº 13.415 de 16/02/2017, que traz novas alterações na LDB. Esta é uma lei que altera a estrutura curricular do ensino médio e entre suas propostas temos um ensino médio em tempo integral onde se aumentaria a carga horaria para 1400 horas. Redução do conhecimento obrigatório no currículo, onde apenas português, matemática e inglês passam a ser as únicas disciplinas como obrigatória, e as disciplinas de sociologia, filosofia, artes e educação física tornam-se facultativas. A não necessidade de profissionais com diplomas técnicos ou superior nas áreas educacionais, mas que disponham apenas de conhecimentos notórios para ministrar aulas afins. E a revogação da Lei Nº 11.161, tornando como obrigatório apenas o ensino da língua inglesa desde o sexto ano e no ensino médio seu ensino mais a chance de uma segunda língua como optativa, indicando preferência à língua espanhola. É uma lei que de certo modo favorece ainda a presença das línguas estrangeiras em não prejudicar o ensino da língua inglesa, no entanto, ao mesmo tempo reforça esta cultura que já se segue no país em função uma só língua, além da materna, que já caminhava ao inglês e não favorece a formação de sujeitos críticos, pensantes, com aprendizagem num sistema democrático como afirma Sedycias:

[...] a posição que a língua espanhola ocupa hoje no mundo é de tal importância que quem decidir ignorá-la não poderá fazê-lo sem correr o risco de perder muitas oportunidades de cunho comercial, econômico, cultural, acadêmico ou pessoal (SEDYCIAS, 2005, p. 36).

As línguas estrangeiras estão presentes há muito tempo nos currículos brasileiros. E como apresentado aqui a língua espanhola é uma delas que foi se fazendo presente, conquistando espaço, revelando sua importância neste conhecimento de si e do outro. Ela apresenta claros laços com a comunidade brasileira e pode contribuir com uma proposta de formação integral.

3.1. Do macro ao micro: Políticas linguísticas e o ensino de espanhol na cidade de Juarez Távora.

Um dos elementos que vem a compor uma nação são as cidades, constituindo realidades que refletem a diversidade deste todo que é um país. Assim se apresenta a cidade de Juarez Távora, cidade do agreste Paraibano, que colabora como fragmento de um contexto presente na maioria das cidades de nosso país frente às políticas linguísticas para o ensino da língua espanhola.

A cidade conta com uma população de 7, 950 habitantes e 17 instituições escolares entre a zona rural e urbana, creches e escolas. Entre elas apenas a Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Dom Adauto, oferta o nível médio e traz em seu currículo a disciplina de espanhol.

A lei 11.161 de 2005 propunha a oferta obrigatória da disciplina espanhol, embora de oferta facultativa para o aluno, estabelecendo um prazo de cinco anos para sua inserção. Ainda assim até o ano de 2011 esta não ocupava lugar nos ambientes educacionais desta cidade. A partir de 2012 com uma nova gestão na escola, Dom Adauto, se estabeleceu um diálogo com a 12ª Gerência Regional de Itabaiana e se conseguiu inserir a disciplina não só no ensino médio, como propunha a lei, mas também no ensino fundamental. Naquele momento havia a exigência de uma disciplina extra para o ensino fundamental, que por um tempo foi ocupada pela disciplina de música.

A partir de abril de 2017 esta realidade mudou. Com a revogação da lei prevendo apenas o ensino da língua inglesa como obrigatório desde o fundamental e no

médio uma opção de uma segunda, com sugestão da língua espanhola, a disciplina foi retirada do ensino fundamental, com indícios de retirada no próximo ano, também do ensino médio. A escola tem um profissional formado na área que apresenta um bom domínio na língua, apesar da mudança de gestão, continua com uma direção disposta a continuar o trabalho em diálogo com esta língua estrangeira, mas a 12ª Gerência Regional não se dispôs a muito conversa exigindo sua retirada. Um dos aportes que a gerência da região usou para embasar esta decisão foi a nova lei. A oferta do espanhol não é mais obrigatória então não há necessidade de permanecer na escola, até porque a escola fazia parte de um pequeno grupo que ofertava a disciplina. Este ano após muita insistência a disciplina permaneceu no nível médio, todavia já não se sabe seu destino para o próximo.

As políticas linguísticas tem o poder de conduzir por meio da educação o caminho linguístico de uma comunidade e as atuais medidas estão a refletir lacunas e percas na educação linguística de nosso país.

Como se possível perceber até agora esta clara a relação da língua espanhola com o Brasil, são diversas as relações presente no cotidiano do povo e influências que seguem desde a constituição histórica desta nação, entretanto a mesma vem a enfrentar desde muito tempo idas e vindas para sua inserção no currículo. Desta forma no capítulo que se segue trazemos a descrição dos passos traçados nesta pesquisa reforçando como a cidade de Juarez Távora e a instituição escolar Dom Adauto vem a ser referência dos passos lentos que caminhou a língua espanhola, apesar de suas conquistas, e hoje sofre um retrocesso ao ser retirada dos currículos básicos, mesmo encontrando uma precisa presença mediante necessidades afetivas e educacionais do corpo alunado.

4. METODOLOGIA

O processo de produção do conhecimento científico ocorre por meio da metodologia, ela direciona passos a serem seguidos para que haja sustento nos objetivos e se alcancem as respostas para as questões da pesquisa. Assim neste capítulo trataremos de relatar de que maneira esta pesquisa se deu identificando os instrumentos utilizados, o cenário e os sujeitos participantes.

Uma pesquisa busca ampliar o conhecimento que temos sobre determinado assunto, muitas vezes, levando à aplicação prática. De acordo com alguns apontamentos

de Roque Strieder (2009) uma pesquisa qualitativa dialoga com as subjetividades considerando a compreensão de resultados singulares e múltiplos aspectos da realidade, indicando uma aproximação do pesquisador com o espaço e objeto de pesquisa se manifestando por meio de objetos não estruturados e fazendo uso de entrevistas, estudos de caso, histórias de vida, da observação. Este trabalho tem natureza qualitativa uma vez que nasceu de questionamentos que surgiram na experiência de estágio e se transmutaram até aqui.

A experiência de estágio é de fundamental importância para formação do profissional, que se depara com as realidades, as dificuldades e tem a oportunidade de refletir acerca de estratégias para dar conta dos desafios da vida profissional. Durante o estágio foi possível ter contato com os alunos e suas afetividades em relação à disciplina de espanhol, bem como encarar os efeitos que as políticas linguísticas têm no âmbito escolar.

Cumprindo a disciplina obrigatória de Estágio para o curso a distância de licenciatura em Letras Espanhol foi possível perceber a percepção dos efeitos que a lei nº 13.415 de 16/02/2017 provocaram/provocarão na comunidade escolar.

O Estágio mencionado ocorreu na Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Dom Adauto, de Juarez Távora. E como já colocado no capítulo anterior, esta é a única na cidade que oferta o nível Médio de ensino e a única que oferta a disciplina de espanhol. A escola atende a alunos da 2ª fase do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) turno vespertino, alunos do ensino médio nos três turnos e o EJA (Ciclo VI e VII) apenas no turno noturno. A maior quantidade de turmas em funcionamento está no turno da manhã, com predominância total do nível médio. São no total seis turmas de ensino médio pela manhã, cinco turmas de ensino fundamental e uma de médio no turno da tarde e cinco turmas de ensino médio no turno da noite.

Esta escola mediante a realidade encarada, na vivência com alunos e professores, no período de estágio, que refletem os retrocessos no ensino da língua espanhola, se tornou como referência de uma prática presente na maioria das cidades de nosso país e cenário para esta pesquisa, oferecendo campo para que um questionário fosse aplicado com o corpo alunado e pudessemos compor as justificativas deste escrito.

O questionário foi pensado em três perguntas, sendo as duas primeiras abertas e a última objetiva, visando saber a opinião dos alunos e suas relações com a língua espanhola. A primeira questão perguntava a respeito da presença do espanhol no currículo, questionando se deveriam estudar a disciplina e por quê? . A segunda questão era sobre o que acharam da saída da disciplina e o que perdemos com isso? E por último perguntou-se se já fizeram ou irão fazer o ENEM e que disciplina de língua estrangeira optariam, para desta forma encontrar em suas vozes como nossas políticas linguísticas caminham contrário ao que demanda seus destinatários.

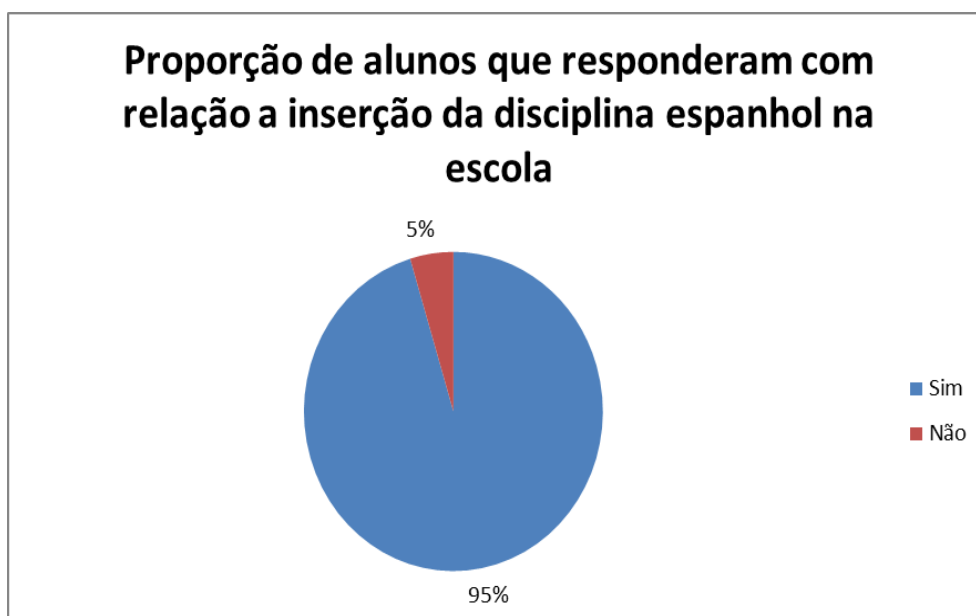
O instrumento foi aplicado a cinco turmas do nível médio no turno da manhã totalizando um número de 107 alunos. As turmas possuem de 21 a 28 alunos, com faixa etária de 15 a 18 anos, no entanto, o questionário foi aplicado durante a semana de reposições impossibilitando assim a presença de alguns alunos da sala, já que haviam sido aprovados na atividade avaliativa. Uma das salas também deste turno acabou não fazendo parte da pesquisa, mediante demonstração de pouco dialogo do professor presente no momento em que foi explicado o processo no ambiente da secretaria e buscou-se estratégias para melhor aplicação sem atrapalhar as atividades em sala. Assim os próprios professores levaram o questionário para sala realizando a abordagem necessária, explanando aos alunos para que pudessem colaborar com as respostas. Ao terminar a prova de reposição os professores os entregaram e de forma individual responderam.

Após a coleta realizamos uma leitura de todos os questionários e uma análise de conteúdos, buscando compreender as opiniões e informação a partir das respostas dos alunos. Elencou-se então as respostas por semelhança, tendo em vista que muitos diferiam em algumas poucas palavras, todavia expressavam a mesma opinião. E seguiu-se com análises e conclusões como poderemos acompanhar no próximo capítulo.

5. ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS À LUZ DAS ATUAIS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS BRASILEIRAS

Os educandos são os primeiros destinatários de muitas políticas linguísticas, uma vez que as escolas são um lugar frequente para sua aplicação. Por meio de um questionário e a compilação de suas respostas aqui fazemos ecoar suas vozes fundamentando os impactos que as atuais políticas linguísticas brasileiras estão surtindo na educação linguística de nosso país.

As respostas traçaram caminhos desde o “porque é legal”, “É uma das línguas mais lindas de se falar” até respostas que indicam como pode ajudar no mercado de trabalho, ampliar o conhecimento. Propondo uma melhor organização e exposição nesta pesquisa trazemos os seguintes gráficos.



1 Gráfico: Opinião dos alunos a respeito se deveriam ou não estudar a disciplina espanhol

Este primeiro gráfico representa a primeira pergunta do questionário aplicado, trazendo o número de alunos que responderam se deveríamos estudar a disciplina de espanhol na escola. Segundo as informações representadas 95%, que corresponde a 102 deles, responderam que a disciplina deve fazer parte do currículo escolar e 5 responderam que não deveria estar presente. Aos que responderam sim ainda podemos dizer que:

- 9 Responderam que devemos estudar espanhol porque será necessário para uma viagem ou falar com um turista;
- 13 Responderam que devemos estudar espanhol porque nos ajuda no mercado de trabalho;
- 25 Porque nos traz novos conhecimentos sobre outra cultura;
- 23 Porque é importante conhecer outras línguas estrangeiras além do inglês;
- 2 Porque é divertido;

- 5 Porque é uma disciplina boa e interessante;
- 2 Porque é importante para o ENEM;
- 1 Porque é uma língua próxima do português;
- 1 Porque podíamos tê-la como segunda língua no Brasil;
- 21 Responderam que devemos estudá-la, mais não justificaram sua resposta.

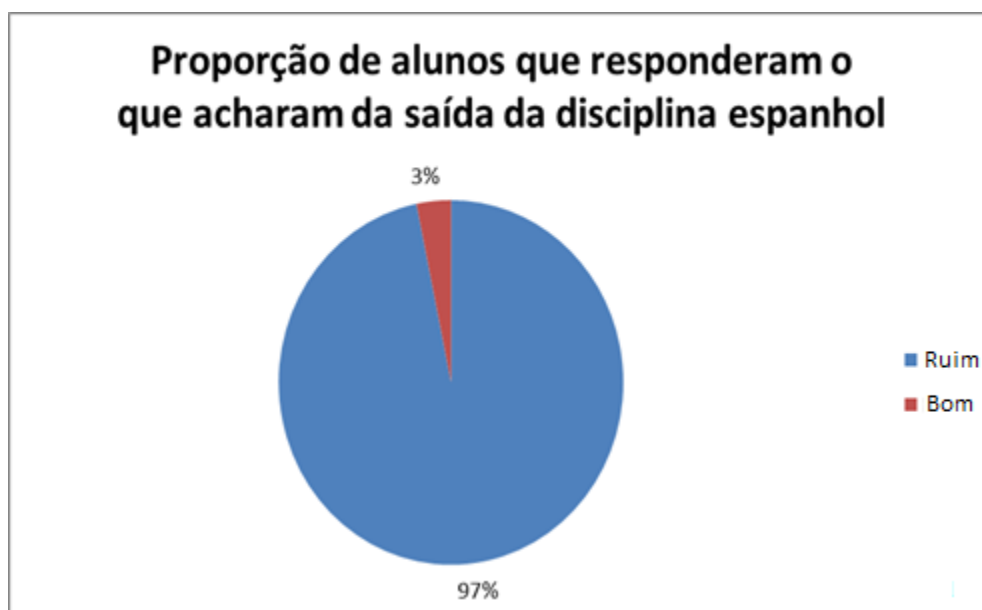
Entre os que responderam que não deveria estar presente no currículo das escolas justificaram respondendo:

- 1 Respondeu por que é ruim;
- 2 Porque é matéria desnecessária;
- 1 Porque é difícil;
- 1 Respondeu, mas não justificou.

Diversos motivos moveram as respostas dos educandos, mas uma coisa é clara, suas consciências a respeito da importância da língua espanhola. Algumas vozes demonstram uma perspectiva muito interessante: “Porque aprimorando nossos conhecimentos na língua poderíamos firmar uma segunda língua no Brasil”, ou ainda “Perdemos a chance de ter um contato com uma língua influente em algumas regiões do Brasil” e mesmo “Perdemos a chance de aprender a língua de países vizinhos”, tal perspectiva demonstra a influência da língua nas regiões brasileiras, mostrando como eles reconhecem a importância da integração não só com a América do Sul, mas também com todo o país.

Mackey (1976), já nos recordava a função comunicativa da língua com aqueles que compõem uma sociedade. E os educandos representam esta realidade de agentes sociais que a constitui. São adolescentes, jovens que estão a estabelecer uma reflexão frente à língua e suas necessidades culturais, profissionais, educacionais, como mais uma vez suas vozes vem a salientar, “Porque nos ajuda a compreender outras culturas”, “Precisamos para o mercado de trabalho”, “Ajuda conhecer o diferente”. Estas falas ainda nos dão gancho para entender que aprender uma língua é muito mais que conhecer gramática, ela é reflexo de um povo, que tem história, cultura. É uma possibilidade de

entrar em contato com o outro e conhecer o diferente, que vem a favorecer num estabelecimento de diálogo que se reconheça a si mesmo e se abra a lidar com as diferenças, o respeito. Ensinar uma língua é formar cidadãos.



2 Gráfico: Concepções dos alunos em relação a saída do espanhol como obrigatória dos currículos de instituições regulares

Este segundo gráfico apresenta a segunda questão aplicada no questionário mostrando os índices de alunos que responderam o que acharam das atuais mudanças ao retirar a disciplina espanhol como obrigatória dos currículos e o que perdemos com isso. Como se pode observar, 97%, o que corresponde a 96 alunos, responderam que sua saída representou algo ruim e 3%, representando 11 desses, responderam que teria sido algo bom. Entre esses que sentiram os impactos de sua saída:

- 50 Responderam que acham ruim sua saída porque perdemos a chance de aprender outra língua, adquirir novos conhecimentos;
- 34 Responderam que foi ruim, mais não justificaram sua resposta;
- 6 Que perdemos a chance de conseguir falar a língua quando viajarmos para outros países;
- 2 Perdemos a chance de conhecer a cultura de nossos países vizinhos;
- 1 Porque perdemos de conhecer uma língua que é bem influente em algumas regiões do país;

- 1 Perdemos a chance de praticar a língua;
- 1 Porque perdemos conhecimentos que ajudam no ENEM;
- 1 Porque perderemos o interesse em aprender.

Já os que responderam que significou algo bom à retirada da disciplina justificaram suas respostas dizendo que:

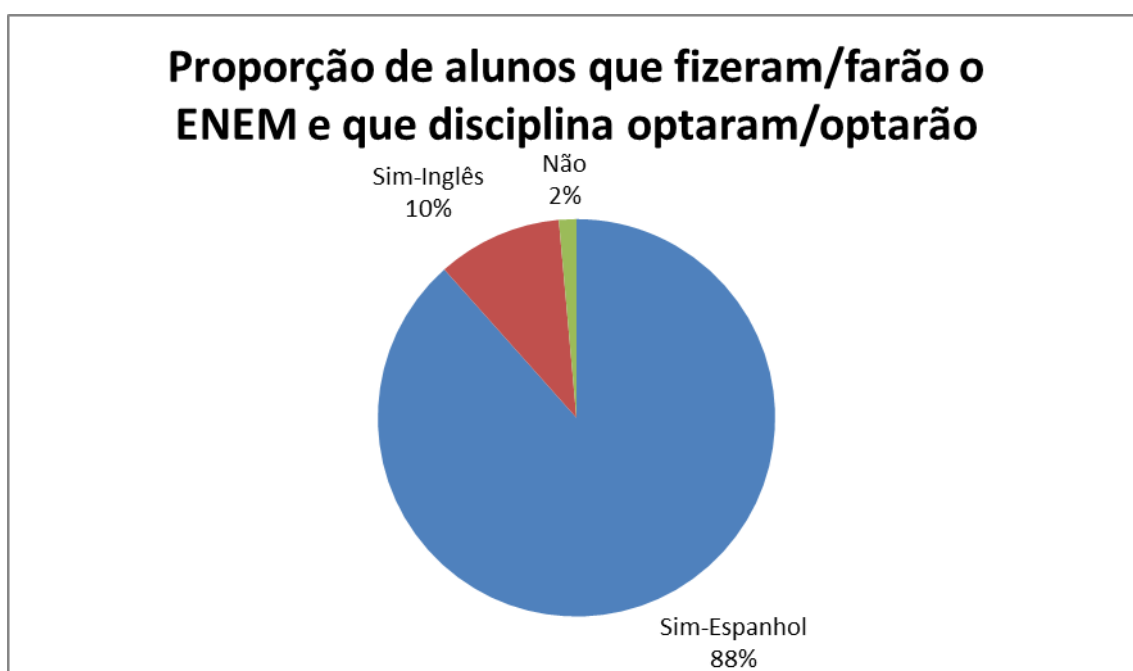
- 6 Não justificaram sua resposta;
- 2 Porque não precisamos dessa língua;
- 1 Porque se pode focar em outras matérias mais importantes;
- 1 Porque não gosta;
- 1 Porque é uma matéria opcional então tanto faz.

Refletindo nessa questão, percebemos que ela vem complementar e confirmar a primeira, pois a reflexão crítica dos alunos a respeito da língua mais uma vez nos aparece.

“Perdemos a chance de praticar a língua de espanhol”, foi à fala de um desses alunos que nos aponta a discussão em rever o papel da escola e de nós professores como mediadores no processo de aprendizagem, pois a língua deve estar presente nesse ambiente e inserida em seu currículo e não reduzida a cursinhos. Assim como não se deve seguir por metodologias tradicionais que não produzem uma efetiva aprendizagem apenas em traduções ou repasse de gramáticas, é preciso atividades que levem os discentes a praticar, dialogar, fazer uso da língua em contato com as mais diversas situações. A língua estrangeira deve fazer parte do projeto pedagógico da Educação Básica.

Algo válido ainda a ressaltar seria a fala do educando em dizer que por ser uma matéria opcional tanto faz sua presença no cotidiano escolar, e isso vem demonstrar de que maneira as definições das políticas linguísticas, são importantes para o desenvolvimento de uma língua em um currículo. Esta nova mudança em direção à língua espanhola seria um retrocesso mediante uma sociedade que sofre influências de suas culturas e apresenta necessidades para sua permanência. Ao mesmo tempo em que

para um aluno uma língua só ganha importância se estiver como obrigatória no currículo, mesmo sendo tão clara para a maioria suas percas, ao mesmo se dará para gestões que tomando a lei como argumento acabará não facilitando sua inserção, mesmo quando aparece como segunda opção para o ensino médio. Move-la para as margens da educação básica brasileira, talvez tenha sido uma maneira de ainda deixa-la presente nos currículos, no entanto estar a refletir em sua saída. Já são poucas as instituições que a mantinha e agora se ganhou um argumento a mais para que a retirem, como esta sendo possível verificar na realidade aqui apresentada do município de Juarez Távora.



3 Gráfico: Representação da quantidade de alunos que já fizeram ou farão o ENEM e a opção de língua estrangeira por eles elegidas.

Neste terceiro gráfico observamos a proporção de alunos que responderam a terceira questão do questionário indicando se iriam fazer ou já fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e que disciplina escolheria. 97 responderam, como é possível verificar, que irão fazer o ENEM, contudo 87 escolherão ou já escolheram a língua espanhola, o que representa os 88%, e apenas 10, que corresponde a 10% dos alunos, que escolherão ou já escolheram a língua inglesa. Os outros 10, representando os 2%, das respostas responderam que não pretendem fazer o exame.

O ENEM é uma prova que avalia o desempenho dos estudantes no fim de sua escolaridade básica, é porta de acesso para seu ingresso no ensino superior, e favorece diretrizes de ação do governo quanto ao ensino.

Ano após ano apenas uma pequena porcentagem, como nos indicam esses dados, optam pela língua inglesa. É verdade que muitos acabam tomando esta escolha influenciados por uma crença que o espanhol seria uma língua mais fácil, semelhante ao português, o que se segue combatendo, com praticas e metodologias, que vem reforçar as diferenças das línguas. Contudo paradoxalmente em muitas ocasiões são estas escolhas que ainda garantem a presença do espanhol. Todavia um dos desafios que a disciplina também enfrenta são as crenças que envolvem a língua inglesa e faz com que esta seja a única valorada na maioria das instituições de ensino. Crenças como é necessário para enfrentar o mercado trabalho, é uma das línguas mais usada para comunicação no mundo, à influência que os Estados Unidos têm no contexto global, acabam reforçando um caminho para o estudo de uma única língua estrangeira.

Mesmo quando a Lei Nº 11.161 vinha propondo a inserção de forma obrigatória do espanhol nas instituições muitas ainda sustentavam apenas o diálogo com o inglês, agora temos então uma medida que vem reforçar ainda mais isso, pois como já apresentado as reformas no ensino médio revogam a lei citada e torna obrigatório apenas o ensino de inglês. No entanto como já vem sendo exposto até aqui esta não é bem a realidade que se deseja e trago aqui a fala de mais alguns alunos que colaboraram nesta pesquisa e nos ajuda a repensar questões como essa. “Porque deveria ser inglês e espanhol como conhecimento na escola”, “Não devemos aprender só o português, o espanhol é fundamental”, “É necessário conhecer outras línguas além do português”, “Porque não podemos ficar só no inglês, mas aprender outras línguas existentes”. Então não se tratar de substituir uma língua pela outra, não é a questão que nos propomos aqui, mas compreender que o espanhol está presente na realidade dos alunos, que muitos deles têm consciência de sua importância, que eles gostariam de tê-la como disciplina e se aprofundar na língua. Que esta atual política linguística trouxe perdas para aprendizagem do corpo discente e assim consequências para uma comunidade que poderia ter acesso a uma pluralidade linguística.

Junto a essas vozes unimos mais uma vez a de Sedycias (2005) que afirma que a importância do espanhol é tanta no mundo que ignorá-la causará grandes perdas em todos os sentidos inclusive cultural, acadêmico e pessoal.

É fato que estamos diante de medidas que também deixam lacunas para sua efetivação e num futuro próximo pode promover novas colocações, todavia esperamos

que isto não tarde. Como também nós professores tenhamos consciência de nosso papel, até porque estamos diretamente em contato com esta realidade, e busquemos lutar por sermos ativos nestas decisões. Sejam vozes conjuntas que construa e gere diretrizes eficientes, claras, que trabalhe reais necessidades promovendo a riqueza plural que é nosso país. Como colocou Calvet (2002), para uma melhor adaptação as necessidades as intervenções linguísticas mesmo em *in vitro* devem partir com influência das *in vivo*.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido ao longo deste trabalho as políticas linguísticas são as decisões oficiais que vem a direcionar um caminho para a realidade linguística de uma comunidade. Além da língua materna recebemos influências de línguas estrangeiras que no contexto de construção histórica, social e cultural de uma comunidade acabam se fazendo presente na realidade dos povos e surtindo necessidades para serem aprendidas e instituídas em sua construção sociocultural.

Desta forma surgiu à língua espanhola e o contexto dos seus muitos projetos de lei que vieram a colaborar para que de alguma forma esta viesse a ser inserida ou retirada dos currículos escolares brasileiros.

O Brasil teve contato, por diferentes motivos, com a língua espanhola e suas diferentes culturas, relações citadas no corpo deste escrito que acaba sugerindo necessidades para sua inserção no contexto linguístico deste país. Entretanto embasada nas muitas reflexões apresentadas ao longo deste trabalho, tendo como base os documentos oficiais e as reflexões de nossos educandos, que vivencia no momento desta composição os impactos das atuais diretrizes linguísticas em seu processo de ensino/aprendizagem, acreditamos que essas últimas mudanças sugeridas na educação supõem uma política linguística que representa um retrocesso na formação dos cidadãos.

Referindo-nos aos critérios metodológicos desta pesquisa verificamos que a exigência da disciplina estágio supervisionado veio a colaborar com a formação docente, e favoreceu o enfrentamento da realidade a partir da escola Dom Adauto, do município de Juarez Távora, que se transformou em campo de estudo para os objetivos deste trabalho.

Desta feita, retomamos aqui a questão que moveu esta investigação, Como as atuais políticas linguísticas brasileiras contribuem para um retrocesso no ensino da língua espanhola? Se propondo verificar historicamente a defasagem de nossas políticas linguísticas, identificando como essas políticas não atendem as necessidades do campo escolar, acreditando haveremos respondido tal questão, observando que as vozes dos educandos vieram a fundamentar os impactos e perdas com o deslocamento da língua para uma segunda opção apenas no ensino médio e a instituição da obrigatoriedade do

inglês. Como veio reforçar uma desvalorização do ensino desta língua, que passou a ser retirada como disciplina de muitas instituições escolares, mesmo quando seu corpo alunado tem consciência de sua importância e deseja tê-la como mais um dos saberes a ser construído neste campo para sua formação.

Neste ponto então percebemos como a escola se faz campo para a efetivação de decisões oficiais linguísticas, contudo seus agentes e suas realidades, como representantes da sociedade em construção, não são levados em conta para sua elaboração.

Reconhecemos que nosso campo é limitado por ser este um trabalho monográfico e abordar a reflexão a partir de algumas turmas de uma instituição escolar, ainda assim pode representar um fato presente em muitas regiões de nosso país, assim como trazer impulsos reflexivos para a problemática fortalecendo os passos para os caminhos que a língua espanhola pode traçar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROS, Cristiano; COSTA, Elzimar; GALVÃO, Janaina, org. **Dez anos da “Lei do Espanhol” (2005-2015)**. Ed: Viva Voz, Belo Horizonte FALE/UFGM, 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CELADA, María Teresa; RODRIGUES, Fernanda Dos Santos Castelano. **El español en Brasil: actualidad y memoria**. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. ARI N° 31/2005. Lengua y Cultura.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo, org. **Métodos de pesquisa**. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p 11- 43

GONZÁLEZ, Neide Maia. Iniciativas para a implantação do espanhol: a distância entre o discurso e a prática. In: BARROS, Cristiano Silva de Barros; COSTA, Elzimar Goettenauer de Marins, Coord. **Coleção Explorando o Ensino, Espanhol: Ensino Médio**. V 16, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. Cap. 2º, p 25-54.

HERRERO, María Antonieta Andiön. La diversidad lingüística del español: la compleja relación entre estándar, norma y variedad. In: SANDOVAL, Antonio Moreno, coord.

Anais do VIII Congresso de Lingüística General, El valor de la diversidad (meta) lingüística. UAM, 2008, Espanha. p 11-23.

JÚNIOR, José Carlos da Costa; SALGADO, Ana Cláudia Peters. AS Políticas Linguísticas e o caso do espanhol no Brasil. In: MENEZES, Andreia Santos; MÍGUEZ, Antón Castro; ELIAS, Neide, org. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol e 1º Simpósio Nacional de Professores de Espanhol em Formação.** São Carlos, 28 a 31 de Julho de 2015 – APEESP, UFSCar, Unifesp. 1 ed. Porto Alegre: Revolução eBook, 2017. p 235-243

KASEKER, Raquel Coutinho; SANSON, Norma Suely dos Santos. **Medida Provisória 746/2016 e seu impacto no Ensino Médio em busca de uma educação de qualidade.** Congresso Nacional de Educação, III, 2017. Formação de professores: contextos, sentidos e práticas. Anais. p 10038 - 10053

LAGARES, Xoan Carlos. Um ensino de espanhol no Brasil: Uma (complexa) questão de política linguística In: NICOLAIDES, Christiane; SILVA, Kleber Aparecido da; TÍLIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf, Org. **Políticas e Políticas Linguísticas.** Ed: Pontes, 2013. p 181- 198.

LEAL, Marcos Kavalkevski; PEREIRA, Francine Baranoski. **A reforma no ensino médio e os impactos no ensino da língua estrangeira moderna no Brasil: Um estudo com foco na língua inglesa.** Semana da Educação UEL, XVII, 2017.

LEI Nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm> Acesso em 10 de Janeiro de 2018.

LISBOA, Maria Fernanda Grosso. **A obrigatoriedade do ensino de espanhol no Brasil: implicações e desdobramentos.** Revista IEL UNICAMP, sínteses. V 14, 2009. p 200- Educação e dilemas contemporâneos. Anais. p 187- 202

MERCOSUL, Composição, objetivos e estrutura institucional, disponível em <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em 13 de abril de 2018.

Novo Ensino Médio, disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_01>. Acesso em 19 de Março de 2018.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Políticas linguísticas como políticas públicas.** Disponível em < http://e-ipol.org/wp-content/uploads/2013/06/Políticas_linguisticas_e_Políticas_publicas.pdf>. Acesso em 23 de Março de 2018.

PEREIRA, Telma Cristina de Almeida Silva. Política Linguística: Fundamentação teórica. In: **O Ensino de Línguas Estrangeiras como um fator de inclusão social. O desafio da francofonia no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2006. Tese de Pós-Graduação em Letras PUC – Rio. p 31-48

PONTE, Andrea S. Formação de Professores e oferta de língua espanhola nas escolas: Uma análise necessária. In: MENEZES, Andreia Santos; MÍGUEZ, Antón Castro; ELIAS, Neide, org. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol e**

1º Simpósio Nacional de Professores de Espanhol em Formação: São Carlos, 28 a 31 de Julho de 2015 – APEESP, UFSCar, Unifesp. 1 ed. Porto Alegre: Revolução eBook, 2017. p 71-79

_____. Antes da Lei um gesto, um lugar teórico. In: **General, globalizada, neutra, panhispânica e transnacional: la lengua, muitos nomes, um produto.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas espanhola e hispano-americana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2013. p 50-55

RODRIGUES, Fernanda dos Santos Castelano. Leis e línguas: o lugar do espanhol na escola brasileira. In: BARROS, Cristiano Silva de Barros; COSTA, Elzimar Goettenauer de Marins. **Coleção Explorando o Ensino, Espanhol: Ensino Médio.** V 16, , Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. Cap. 1º, p 13-24.

SILVA, Elias Ribeiro da. **A Pesquisa em Política Linguística no Brasil: Contribuições dos estudos sobre Crenças e Ensino/Aprendizagem de Línguas.** Anais do XVII Congreso Internacional Asociación De Lingüística Y Filología De América Latina (Alfal 2014) João Pessoa – Paraíba.

VARGENS, Dayala Paiva de Medeiros. Associações de professores de espanhol: história e identidades em (re) construção. In: MENEZES, Andreia Santos; MÍGUEZ, Antón Castro; ELIAS, Neide, org. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol e 1º Simpósio Nacional de Professores de Espanhol em Formação:** São Carlos, 28 a 31 de Julho de 2015 – APEESP, UFSCar, Unifesp. 1 ed. Porto Alegre: Revolução eBook, 2017. p 53-59

ANEXOS

Escola: _____ Ano: _____

Questionário

1. Você acha que devemos estudar Espanhol na escola? Por quê?

() Sim

() Não

2. O que acharam da saída da disciplina e o que perdemos com isso?

() Bom

() Ruim

3. Você já fez ou fará ENEM? Que língua estrangeira você optará/optou?

() Sim

() Inglês

() Não

() Espanhol